

Impacto de Reformas Eleitorais na Representação: Análise do Caso da Federação Russa

Matheus Cavalcanti Pestana*

2019

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto de reformas eleitorais na representação parlamentar, observando o caso da Federação Russa pós-ascensão de Vladimir Putin e do partido Rússia Unida. O intenção principal é averiguar como cada reforma impactou na desproporcionalidade da *Duma*, o parlamento, pensando a partir das hipótese de que as reformas foram executadas em prol de um autoritarismo em benefício do partido Rússia Unida, que predomina no cenário político russo.

Palavras-chaves: reforma eleitoral. representação. desproporcionalidade.

Introdução

Em 1991, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, doravante URSS, foi oficialmente dissolvida a partir de declaração de seu presidente, Mikhail Gorbachov, gerando diversos países que antes faziam parte de tal união. Dentre eles, o principal herdeiro, a Federação Russa, tinha como presidente Bóris Iéltsin, que inicialmente popular por conta da oposição ao regime anterior, teve sua estima diminuída ao longo de seu governo dadas as diversas dificuldades, econômicas e políticas enfrentadas pelo mesmo, que defendia reformas econômicas radicais, como privatizações e outras medidas de acordo com o Consenso de Washington, além de reformas políticas para consolidar o fim do antigo regime e inaugurar um novo país.

O cenário de incerteza em que se encontrava a Federação Russa após a transição, somado à essas dificuldades econômicas, como o desemprego alto e a inflação¹, e um

*O presente artigo é parte da dissertação de mestrado, em andamento, intitulada temporariamente como “O partido Rússia Unida e as reformas eleitorais na Federação Russa”. Portanto, é uma pesquisa ainda em desenvolvimento.

¹ Entre setembro de 1992 e setembro de 1993, a inflação na Rússia atingiu o patamar anual de 1065,57%. Dados disponíveis em: <<https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/russia/inflacao-historica/ipc-inflacao-russia-1993.aspx>> Último acesso em 31/08/2019.

congresso eleito ainda durante o período soviético, abalavam a capacidade de governar de Iéltsin. O parlamento, que continha deputados ainda alinhados aos interesses da URSS, entrou em disputa acirrada com o presidente, justificando o exposto em 13 de agosto de 1993, no jornal *Izvestiya* que dizia que “o presidente edita decretos como se não houvesse um Soviete² Supremo, e o Soviete Supremo suspende decretos como se não houvesse presidente” (PARRISH, 1998, p. 76). Bóris Iéltsin quase sofre um *impeachment* ao fim de março de 1993, gerando uma crise política e fazendo-se necessária não somente uma reforma, mas uma nova Constituição que ampliasse poderes presidenciais, para que o *Kremlin* se submetesse menos ao parlamento, como acontecia desde então.

A crise é agravada quando um referendo convocado por Iéltsin exhibe resultados de alta confiança da população no presidente, em suas políticas, e na necessidade de um adiantamento das eleições parlamentares e presidenciais. Com isso, Bóris Iéltsin apresenta uma proposta de nova Constituição, que aumentava seus poderes e diminuía os do Congresso. Em resposta, o Soviete Supremo apresenta uma outra proposta, que consistia fundamentalmente no oposto a essa tese. Iéltsin inflama ainda mais tal crise, a partir do Decreto N^o1400. Tal decreto³ versava sobre a reforma constitucional desejada pelo presidente, e dissolvia o Soviete Supremo, convocando novas eleições. O decreto também reformava o parlamento, dividindo-o em duas câmaras: a baixa, denominada *Duma* Estatal, com menor número de deputados (o Soviete Supremo possuía um número variável de deputados, entre 1416 e 1541, ao longo de sua história), e a câmara alta, o Conselho da Federação. Um novo regime eleitoral também foi decretado.

Diante de tal medida, o congresso votou o *impeachment* de Iéltsin e transferiu o poder para o vice-presidente, Alexander Rutskoi, que nomeou novos ministros. Entretanto, Iéltsin não abandonou o cargo, gerando uma enorme instabilidade política: dois presidentes e dois conselhos de ministros coexistiam. Iéltsin, então, cerca o parlamento, cortando o fornecimento de energia e água, e ordenou que tanques atirassem no prédio. O conflito durou até 4 de outubro de 1993, resultando em centenas de mortos e feridos, e a vitória de Iéltsin que, durante a crise, ganhou o apoio das forças armadas que invadiram a Câmara Branca, onde se situava o parlamento, e acabaram com a legislatura em vigor.

Após tal episódio, Iéltsin coloca em vigor seu plano original: novas eleições para a então denominada *Duma* Estatal, agora com 450 deputados eleitos em dois sistemas: 225 cadeiras designadas pelo sistema majoritário uninominal e 225 cadeiras pelo sistema proporcional em lista fechada, com toda a Federação Russa como um único distrito. Ao mesmo tempo, uma nova Constituição, apresentada em novembro, seria referendada pela população, com aprovação de 58,46% dos eleitores, o que iniciou um novo período constitucional na Federação Russa, com maior poder presidencial. A mudança para esse sistema eleitoral e a reforma da *Duma* representaram a primeira reforma eleitoral existente na Federação Russa.

Conforme apresentado por Turchenko e Shevchuk (2016), Iéltsin tenta uma alte-

² Em russo, a palavra *sovet*, aqui grafada como “Soviete”, significa “conselho”, tanto no sentido de “assembleia” quanto no sentido de “recomendação”. Logo, “União Soviética” significa “União de Conselhos”; “Soviete Supremo”, “Conselho Supremo”.

³ Decreto 1400 “Sobre a Reforma Constitucional em Fases na Federação Russa”, de 21/09/1993. Disponível em <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&nd=102026144&rdk=0&firstDoc=1>>. Em russo. Último acesso em 19/06/2019

ração nas regras eleitorais, em 1995. O Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) possuía grande sucesso eleitoral no âmbito da representação proporcional, dada a sua origem como partido único, extremamente nacionalizado e com diversos apoiadores no país, com foco maior em sua ideologia. Como observado na tabela 1 na página 3, o PCFR alcançou 22,3% dos votos na lista fechada e 12,78% no sistema majoritário, chegando a um total de 157 cadeiras, cerca de 35% de toda a *Duma*. No sistema majoritário, o PCFR só não alcançou maior porcentagem dos votos por conta dos Independentes, que somaram 31,99% na urna e 77 cadeiras. Com o intuito, então, de frear o avanço do Partido Comunista, Iéltsin sugere uma nova mudança: gerar um desequilíbrio do número de cadeiras, aumentando as vagas pelo sistema majoritário e diminuindo na lista.

Todavia, Bóris Iéltsin não obteve sucesso na mudança: o projeto de lei criado por ele foi amplamente recusado na *Duma*, que preferiu manter o sistema misto intocado por dois motivos principais: Iéltsin já não era tão popular quanto em 1991 e os resultados da mudança eram incertos. Havia uma tendência, que partia de certa empiria, de que a mudança faria com que o PCFR perdesse cadeiras na parte proporcional, mas a competição no sistema majoritário permanecia uma incógnita. Logo, a reforma de Iéltsin foi recusada. Segundo Turchenko e Shevchuk (2016), a *Duma*, como um *veto player* (TSEBELIS et al., 2002) atuante no momento político, foi a principal instância que enfrentou a presidência e manteve o *status quo* (TURCHENKO; SHEVCHUK, 2016).

Tabela 1 – Resultados Eleitorais dos 4 maiores partidos na Duma, e deputados independentes, nas eleições de 1995

Partido	Rep. Proporcional		Majoritário		Total
	% de votos	Cadeiras	% de votos	Cadeiras	
PCFR	22,30	99	12,78	58	157
LDPR	11,18	50	5,63	1	51
Nossa Casa – Rússia	10,13	45	5,64	10	55
<i>Yabloko</i>	6,89	31	3,27	14	45
Independentes	-	-	31,99	77	77

Fonte: Comissão Central Eleitoral da Federação Russa

Logo, a *Duma*, e somada a ela o Conselho da Federação, foram entraves à reformas eleitorais de Iéltsin, por razões inerentes à democracia, que pressupõe um sistema de freios e contrapesos para evitar autoritarismos. Grandes reformas eleitorais são raras em regimes democráticos por esse motivo (RENEWICK, 2010). Todavia, não foi isso que foi observado no período posterior aos anos 2000 no país. Com a renúncia de Iéltsin, em 1999, e a ascensão de Vladimir Putin à presidência, diversas reformas eleitorais de alta grandeza foram feitas. Ao mesmo tempo, o partido “Rússia Unida”, que oficialmente não possui ligações com Putin e surgem em 2001 a partir da fusão de dois grandes partidos, o “Unidade” e o “Pátria”, alcança ao longo do tempo resultados eleitorais que o levam a um predomínio na arena política de todo o país.

Golosov (2011; 2012), Gel’Man (2008; 2014), dentre outros, incluindo a mídia internacional, afirmam que tais reformas foram executadas para exclusivo benefício do

partido “Rússia Unida”, aproveitando-se da supremacia do mesmo no contexto político. Portanto, tal hipótese será avaliada no presente artigo, a partir do seguinte questionamento: qual foi o efeito de cada reforma na representatividade na *Duma*, local onde os projetos de lei são votados e as maiores decisões políticas são tomadas, e de onde o partido Rússia Unida exerce sua hegemonia?

O artigo será dividido em cinco partes: a prévia introdução, necessária para compreensão acerca do momento político vivido no momento imediatamente após a transição; a primeira seção, dissecando o partido Rússia Unida, agente das atuais reformas; a segunda seção, onde serão listadas e analisadas as reformas que serão citadas, a quarta seção, na qual o efeito de cada reforma é exibido, e uma quinta seção, com considerações gerais a respeito da pesquisa.

1 O partido Rússia Unida

O partido Rússia Unida surge em 2001 a partir da fusão de outros dois partidos, que haviam sido criados para as eleições de 1999: o partido “Unidade” e o bloco “Pátria–Toda a Rússia”. O partido “Unidade”, que liderou a fusão, foi uma criação tática do *Kremlin* para frear o avanço do bloco “Pátria”, que acumulava apoio de diversos setores políticos russos, principalmente os governadores, grandes impulsionadores de voto. Tal fato ocorreu em paralelo com a insatisfação geral com o governo Iéltsin, agora alvo de acusações de corrupção, como o Caso Mabetex, e que renunciou, passando os poderes presidenciais ao Primeiro-Ministro, Putin. Os dois partidos alcançaram o segundo e o terceiro lugar, respectivamente, em número de cadeiras ocupadas na *Duma* de 1999. Com a fusão, tornaram-se o maior, superando o Partido Comunista.

Como pode ser visto na figura 1, que ilustra a evolução do número de cadeiras dos principais partidos da *Duma* entre 2003 e 2016, podemos perceber a magnitude do Rússia Unida. Atualmente, em 2019, o partido possui 2.595 comitês locais em todos os estados do país, com cerca de 2.073.772 membros em 2013. Na VIIª *Duma*, visível na figura 2, o Rússia Unida detinha 341 das 450 cadeiras (cerca de 75,7%), enquanto na Assembleia Federal, 128 das 170 cadeiras eram ocupadas por membros do partido. Nos estados, 75 dos 85 governadores são filiados ao partido. Nas Assembleias regionais, das 3.980 cadeiras existentes, o Rússia Unida ocupa 3.091, mostrando que, de fato, é um partido dominante.

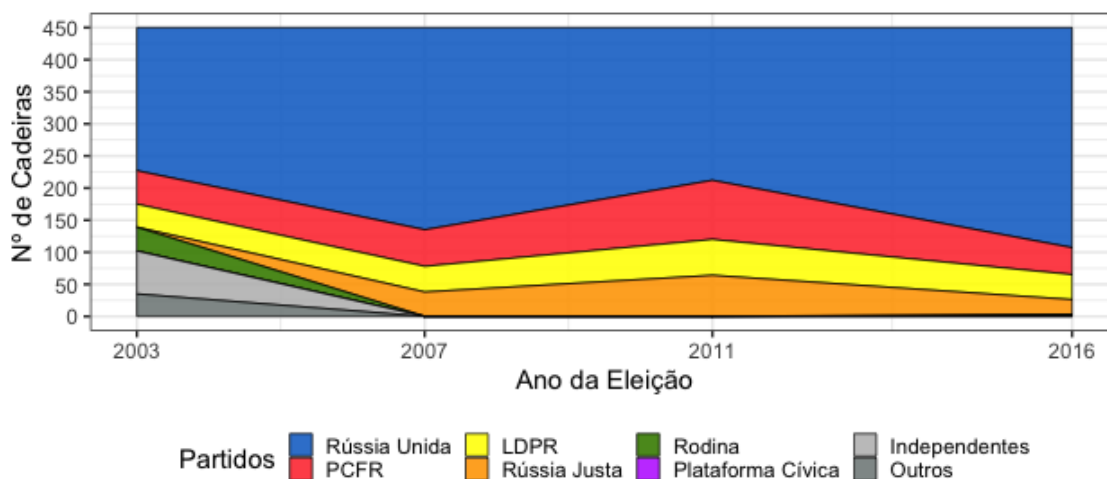
O Rússia Unida é categorizado de uma forma completamente distinta aos modelos partidários utilizados principalmente por Katz e Mair (1994) e enumerados por Krouwel (2006), os modelos de partidos de *cadres*, massa, *catch-all* e cartel. Gel’man (2006), Golosov (2004), Konitzer e Wegren (2006) e Sordi (2010) defendem a terminologia *party of power* para tipificá-lo, e a definição de tal categoria justifica e explica a não-filiação de Putin ao partido. Segundo Golosov,

(...) *party of power* não é um partido no poder. Ao longo do período de 1993–2003, os presidentes da Rússia não eram membros de nenhum partidos, e o mesmo se aplica à maioria de outros altos funcionários do executivo federal. Pelo contrário, os *parties of power* eram veículos eleitorais. O objetivo específico perseguido por eles é trazer para a legislatura nacional políticos leais ao executivo federal. A razão final para a sua existência é, portanto, fornecer ao executivo certos níveis de apoio

legislativo sem compartilhar poder ou responsabilidade. (GOLOSOV, 2004, pp. 29–30, tradução nossa).

Logo, entende-se um *party of power* como um partido cuja função exclusiva é oferecer suporte, tanto no âmbito legislativo federal e regional quanto nos executivos regionais, ao Chefe do Executivo. Assim, é um tipo de partido que mantém uma relação estreita com o Estado, como os partidos cartel, e obtém o monopólio do campo político. A lealdade e a eficiência nas cadeias do poder são fatores cruciais dentro desse modelo de partido, fortalecendo a questão de dominância e se relacionando com os partidos cartel no que tange ao impedimento de *outsiders*: enquanto os partidos do tipo cartel fazem coalizões interpartidárias para impedir a ascensão de outros partidos, os *parties of power* conseguem, por si só, tal impedimento. Entretanto, pouco é dito academicamente sobre esse modelo de partido, ainda tão recente e geograficamente localizado, sendo percebido em países como Rússia e Cazaquistão. Na questão ideológica, os *party of power* se assemelham aos partidos *catch-all* por terem uma abrangência grande do eleitorado a partir das políticas escolhidas, localizando-se mais ao centro.

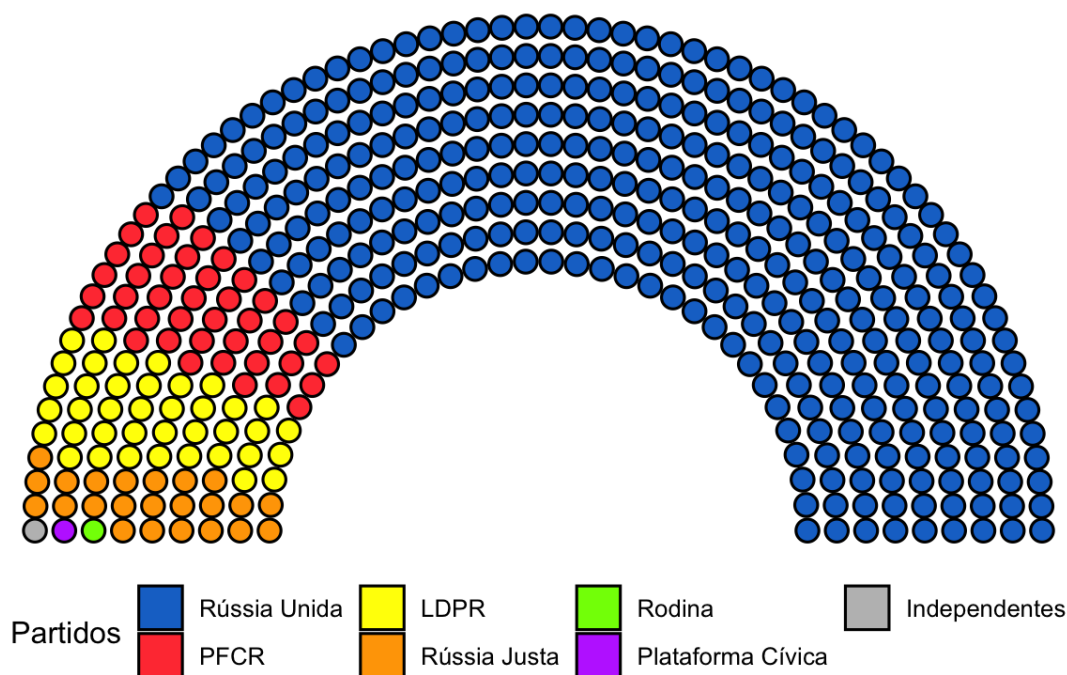
Figura 1 – Distribuição das cadeiras na Duma, entre 2003 e 2016



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Comissão Central Eleitoral.

Assim, percebe-se que o Rússia Unida de fato atingiu grandes níveis de predomínio na política russa. Ao ser a maioria na *Duma*, detém o controle legislativo e passa a aprovar com tranquilidade todas as reformas eleitorais que deseja, e que, em tese, o beneficiam, sendo este o principal objeto do trabalho. Em um primeiro momento, na seção que se segue, as reformas aparentam ser amplamente autoritárias e com o exclusivo e único objetivo de favorecer o *party of power*. Todavia, o impacto observado posteriormente na representatividade pode ser visto como positivo.

Figura 2 – Distribuição das cadeiras na VIIª *Duma*, eleita em 2016



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Comissão Central Eleitoral.

2 As reformas eleitorais

As reformas eleitorais aqui citadas versam sobre como os votos são convertidos em cadeiras, com foco na *Duma*. Outras reformas foram executadas, mas não estão no escopo da presente dissertação, como por exemplo, reformas no sistema eleitoral das assembleias regionais, ou um período em que é considerada uma reforma política o fato de Putin cancelar as eleições para governadores e iniciar a nomeação dos mesmos, além da reforma no Conselho da Federação. Todas essas reformas são importantes na literatura e são relacionadas entre si, com enfoque em um objetivo maior, denominado por alguns autores como “o Plano de Putin” (GRYZLOV, 2008; GADDY; KUCHINS, 2008). Todavia, as reformas aqui analisadas serão específicas de alteração na *Duma*. Nesse caso, as reformas vistas serão cinco: duas relativas a cláusula de barreira, uma às opções eleitorais e duas em relação ao sistema eleitoral utilizado.

A primeira reforma a ser analisada foi feita em 2002, durante o primeiro mandato de Vladimir Putin como presidente. Essa alteração na regra eleitoral se pautou exclusivamente na parte eleita conforme a representação proporcional na *Duma*: aumentou-se a cláusula de barreira de 5% para 7%, ou seja, o partido para adquirir funcionamento parlamentar deveria possuir no mínimo 7% dos votos totais. Segundo Tavares (1994), uma cláusula de barreira tem como intuito principal “deter a tendência de atribuir representação parlamentar a partidos que aglutinam minorias demasiado escassas, sem a mínima expressão do ponto de

vista da sua densidade relativa no conjunto da vontade coletiva manifestada eleitoralmente” (TAVARES, 1994, p. 45).

Na Europa, a maioria dos países adota uma cláusula de barreira de 5%. Os casos que desviam desse padrão são a Turquia, Liechtenstein e Cazaquistão⁴, respectivamente com 10%, 8% e 7%. Logo, uma cláusula de barreira de 7% na Rússia a colocaria no mesmo rol que esses países, sendo uma taxa elevada. A reforma valeria apenas para as eleições da *Duma* a partir de 2007, e não as de 2003, ano seguinte à aprovação. Na *Duma* de 1999, na parte proporcional, 6 partidos obtiveram funcionamento parlamentar: o PCFR, o Unidade, o bloco “Pátria”, a União das Forças da Direita, o bloco de Jirinovski e o *Yabloko*. Os dois últimos alcançaram quase 6% dos votos cada, e tiveram menos sucesso na parte majoritária. Foram os deputados eleitos nessa legislatura que votaram a favor da reforma. Somando-se os deputados do Unidade com os do “Pátria”, por conta da fusão que gerou o Rússia Unida, obtém-se 141 cadeiras, o que supera o total obtido pelo PCFR.

Ao observarmos os resultados da parte proporcional em 2003, ano posterior à aprovação da reforma, porém sem a validade da mesma, percebemos que somente 4 partidos superaram a cláusula de 5% e, se a mudança na lei valesse para essa eleição, o resultado não seria diferente: somente o Rússia Unida, o PCFR, o LDPR e o *Rodina* obtiveram cadeiras pelo método proporcional. O partido *Yabloko*, o quinto no número de votos na lista, obteve 4,3% dos mesmos, e não seria elegível mesmo sem a mudança na cláusula. Logo, pode-se dizer que, de maneira imediata, não haveriam alterações se a lei entrasse em vigor em 2003, mas ainda assim era arriscado fazê-la valer para esse ano: havia incerteza desse resultado, e a *Duma* era um *veto player* ainda não totalmente controlado (TURCHENKO; SHEVCHUK, 2016, pp. 214–216). Logo, como uma forma de compromisso entre o *Kremlin* e o parlamento, a reforma só passaria a valer para as eleições de 2007. Todavia, o resultado das eleições de 2003 foram positivos para o “plano de Putin”, como citado por Gryzlov (2008), e logo em seguida, em 2005, uma outra reforma foi aprovada, também com validade para 2007: a reforma de substituição do sistema eleitoral.

Em 2005, ou seja, na IVª *Duma*, eleita em 2003, o partido Rússia Unida ocupava 223 cadeiras, sob a liderança de Gryzlov, o que é praticamente a metade de todo o parlamento, composto por 450 cadeiras. Assim, não houveram grandes empecilhos para a aprovação da reforma que alterava profundamente o sistema eleitoral da Federação Russa: a *Duma* não era mais um *veto player*, já que estava sob domínio do Rússia Unida. Com a reforma, o antigo sistema misto, que vigorava desde a fundação do país, em 1991, foi substituído pelo sistema exclusivamente proporcional, de lista fechada, com todo o país como um único distrito. Dessa forma, haveria um enfraquecimento de candidaturas independentes, que não seriam permitidas em um contexto de eleição proporcional, e também obrigaria os partidos a se nacionalizarem. Tal medida fortalece o sistema partidário, mas em tese também o partido Rússia Unida.

⁴ É sabido que Turquia e Cazaquistão são países predominantemente localizados no continente asiático, dado principalmente por aspectos culturais e não somente de geolocalização. Todavia, pelo critério aqui utilizado, ambos serão considerados, enquanto nações transcontinentais, também pertencentes ao continente europeu. Istambul se localiza na exata divisão entre a Europa e a Ásia, e a área europeia do Cazaquistão, apesar de corresponder somente a 13,63% de seu território total, supera a área total da Alemanha.

O que é observado por Turchenko e Shevchuk (2016) é que, a partir de 2003, momento em que somente a presidência agia como *veto player*, o número de mudanças no sistema aumentou consideravelmente (levando em conta as pequenas mudanças, que estão fora da atual análise) (TURCHENKO; SHEVCHUK, 2016, p. 215). Uma prova do aumento de mudanças é o fim do voto “Contra Todos”, que estava presente desde a época soviética e foi alterado por simples emenda. De acordo com Oversloot, Holsteyn e Berg (2002), desde 1937 as eleições nos distritos da URSS possuíam a opção de voto “Contra todos”, onde era possível expressar indignação contra os candidatos ao pleito. Se houvessem mais votos para tal categoria que para o candidato mais votado, a eleição era cancelada naquele momento (OVERSLOOT; HOLSTEYN; BERG, 2002, p. 33). A opção também valia para as eleições presidenciais e para a parte proporcional da *Duma*, embora fosse mais utilizada e verificada como efetiva no sistema majoritário nos distritos. Essa opção se manteve na Federação Russa até 2006, quando foi revogada.

A partir de 2007, passou a valer tanto o sistema de representação proporcional nas 450 cadeiras do parlamento, quanto o aumento da cláusula de barreira, de 5% para 7%. Ainda, o voto “contra todos” foi abolido, dado que era mais utilizado nos distritos uninominais. Apesar de ser possível votar contra todos os candidatos da lista, era menos utilizado. Como visto em McAllister e White (2008), o voto contra todos tinha como princípio aumentar a participação no pleito, mesmo que por protesto. A remoção do dispositivo poderia acarretar em uma diminuição da participação popular na eleição. Além do mais, como afirmado pelos autores,

Na ausência de uma melhoria no lado da oferta, é provável que exista um maior declínio no apoio à política eleitoral e algum aumento no apoio à movimentos sociais e outras agências de influência política que operam fora do sistema parlamentar. Um sistema eleitoral que permite menos escolhas pode ser mais facilmente controlado de cima; mas também é um no qual os cidadãos são menos propensos a se envolverem e um que tem menor probabilidade de manter o apoio dos mesmos (MCALLISTER; WHITE, 2008, p. 85 - tradução nossa)⁵

A última reforma eleitoral analisada é a efetuada em 2014, quando Vladimir Putin já havia voltado à presidência. A reforma teve como foco retornar ao sistema anterior: misto, com metade das cadeiras eleitas pelo sistema proporcional e a outra metade pelo sistema majoritário, e com a cláusula de barreira a 5%, e não mais em 7%. Somente o voto “contra todos” não retornou. Para entender o retorno do sistema, faz-se necessário observar os resultados eleitorais para a *Duma* de 2007 e de 2011. Em 2007, Vladimir Putin liderava a lista de candidatos, e o Rússia Unida obteve 315 cadeiras, o que corresponde a 70% do parlamento. Somente outros 3 partidos conseguiram eleger candidatos: o Partido Comunista, que obteve 57 cadeiras; o LDPR, que conseguiu 40 cadeiras; e o Rússia Justa, com 38 cadeiras. Já em 2011, com os partidos já tendo amadurecido a ideia do novo sistema, tendo se passado 4 anos após o início da vigência do mesmo, houve possibilidade

⁵ No original: “*In the absence of an improvement on the supply side, there is likely to be a further decline in support for electoral politics and some increase in the support of social movements and other agencies of political influence that operate outside the parliamentary system altogether. An electoral system that allows fewer choices is one that can more easily be controlled from above; but it is one in which citizens are less likely to engage and which is less likely to sustain their support.*” (MCALLISTER; WHITE, 2008, p. 85).

de melhor organização: o Rússia Unida, com Medvedev no topo da lista, obteve apenas 238 cadeiras, o que representa uma queda de 77 em comparação com o pleito anterior, e os outros 3 partidos, somados, chegaram a 212 cadeiras⁶.

Isso atende ao previsto por Moraski (2007), que analisa o sistema eleitoral russo em 2007 e afirma que a mudança para um sistema eleitoral exclusivamente proporcional tanto fortalece o partido no poder, no caso, o *party of power* Rússia Unida, quanto também fortalece a oposição, permitindo uma melhor organização da mesma (MORASKI, 2007, p. 551), e foi isso que ocorreu em 2011. Ainda que o Rússia Unida tivesse mais que a metade das cadeiras, isso representou uma enorme diferença em comparação com a eleição de 2007, que diminuiu em 14,98% o número de cadeiras ocupadas. É possível dever essa queda à substituição de Putin por Medvedev na lista, dado que Putin era mais popular entre os eleitores. Todavia, o risco de acreditar nessa tese parece maior que alterar novamente o sistema para o modo original, em um momento em que o partido ainda possui a maioria parlamentar.

Assim, a reforma efetuada em 2014 passou a valer já para as eleições da *Duma* de 2016. O que se pode perceber nessa eleição é um aumento no número de partidos que obtiveram cadeiras na *Duma*: se em 2011, todo o parlamento era dividido entre quatro partidos, em 2016, seis partidos e um deputado independente coexistiam. Os resultados gerais dos partidos e o respectivo número de cadeiras pode ser visto na tabela 2. A partir da última reforma, retornando ao sistema misto, o Rússia Unida obteve o seu recorde em número de cadeiras: 343 deputados, equivalendo a 76,2% de toda a *Duma*. Somente o Rússia Unida, o PCFR, o LDPR e o Rússia Justa superaram a cláusula de barreira na parte proporcional, enquanto o Rodina e o Plataforma Cívica só conseguiram suas únicas cadeiras graças ao sistema majoritário uninominal, sendo o mesmo caso, por lógica, do candidato independente.

Tabela 2 – Sumário dos Resultados para a Duma em 2016

Partido	Qtde. de Cadeiras	% da Duma
Rússia Unida	343	76,2
Partido Comunista	42	9,4
LDPR	39	8,7
Rússia Justa	23	5,1
Rodina	1	0,2
Plataforma Cívica	1	0,2
Independente	1	0,2
Total	450	100

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da CCE

⁶ Segundo dados da Comissão Central Eleitoral, o PCFR alcançou, nessa eleição, 92 cadeiras, 35 a mais que na eleição anterior. O Rússia Justa aumentou em 26 o número de cadeiras, chegando a 64. O LDPR, de Jirinovski, foi o que menos cresceu: 16 cadeiras em comparação à *Duma* anterior, tendo então 56 deputados.

Tabela 3 – Resumo das mudanças eleitorais entre 2002 e 2014

Ano	Alteração
2002	Aumento da cláusula de barreira de 5% para 7%
2005	Aprovação da mudança do sistema misto para proporcional
2006	Fim do voto “Contra Todos”
2007	Início da Vigência do sistema proporcional
2014	Retorno ao sistema misto e diminuição da cláusula de barreira

Fonte: elaboração própria

3 Os efeitos das reformas

Como analisar o efeito de tais reformas? Existem diversos aspectos a serem considerados no caso russo, como a existência de um sistema misto, o fato de ser uma democracia recente e o baixo número de eleições (1999, 2003, 2007, 2011 e 2016) que podem ser observadas. Uma possível saída para tal análise é entender como as reformas afetaram a desproporcionalidade no parlamento. Em um sistema hipotético perfeitamente proporcional, um partido *A* que obtivesse 30% dos votos, deveria obter 30% das cadeiras, e o mesmo para todos os outros partidos concorrentes do pleito. Logo, a análise da desproporcionalidade é a chave para compreensão de ideias acerca de uma justiça eleitoral (TAAGEPERA; GROFMAN, 2003, p. 660).

No caso russo, por conta da existência de um sistema misto, ou seja, com uma parcela sendo eleita pelo sistema majoritário e outra parte de deputados pelo sistema proporcional, e em determinado momento, uma mudança ocorreu, com a exclusividade do sistema proporcional, caberá aqui somente a análise desta parte. O sistema majoritário tende a ser desproporcional *per se*, e em todos os momentos, havia a representação proporcional, o que permite a avaliação da mesma. Como listado por Taagepera e Grofman, existem 3 categorias que diferenciam os índices para tal mensuração: os que se baseiam em diferenças absolutas, os que se baseiam no quadrado da diferença, e os que se baseiam em outras formas, somando um total de 19 índices possíveis.

Dentre tais 19 índices, os autores se debruçam principalmente sobre dois: o índice de Loosemore–Hanby, denominado *D* (1), e o índice de Gallagher, ou *Gh* (2), que são os mais utilizados na literatura sobre o tema. O que os autores observam é que houve uma migração da utilização do *D* para o *Gh*, e é na utilização de ambos que os autores pautam seu trabalho. Considerando $c = \frac{1}{2}$, *s* como a % de cadeiras e *v* como a % de votos, ambos os índices são definidos pelas seguintes fórmulas:

$$D = c \sum |s_i - v_i| \quad (1)$$

$$Gh = [c \sum (s_i - v_i)^2]^{0.5} \quad (2)$$

Enquanto *D* se baseia na soma das diferenças absolutas, *Gh* se pauta na soma do quadrado das diferenças. Todavia, ambos são sensíveis ao princípio das transferências

de Dalton (MONROE, 1994), que diz respeito ao fato de que, quando as cadeiras são transferidas de um partido maior para um menor, o índice deve mudar, o que não acontece com outras medidas, como o Gini, por exemplo. Dentre os dois, somente o *Gh* segue o princípio forte das transferências: o valor não somente muda, como também muda na direção correta da transferência. *D* não é sensível à direção da mudança. Como visto por Taagepera e Grofman (2003), ambos tem suas vantagens e desvantagens: enquanto *Gh* tem a vantagem de ser mais sensível às tais transferências entre partidos e apresentar valores menores e adequados à realidade, o *D* é mais simples de ser calculado. Nenhum dos dois atende aos 12 critérios estabelecidos pelos autores, mas são os que mais se aproximam de satisfazerem necessidades tanto teóricas quanto práticas (TAAGEPERA; GROFMAN, 2003, pp. 671–672).

Tabela 4 – Índices de Loosemore–Hanby e Gallagher nas eleições para a Duma entre 1999 e 2016

Ano	Loosemore–Hanby (<i>D</i>)	Gallagher (<i>Gh</i>)
1999	16.00%	6.78%
1999 ^a	16.00%	7.87%
2003	26.21%	13.71%
2007	7.70%	4.77%
2011	5.79%	3.81%
2016	12.16%	6.76%

^aSomando os partidos Unidade e Pátria – Toda a Rússia

Fonte: elaboração própria

Na tabela 4, foram utilizados tanto o índice de Loosemore–Hanby quanto o índice de Gallagher para a robustez da mensuração. Todas as eleições para a *Duma*, entre 1999 e 2016, foram avaliados. O ano de 1999 é incluído por dois motivos: em primeiro lugar, se o objetivo é comparar o impacto de reformas que se iniciaram após 2002, faz-se necessário olhar para um momento pré-reformas, sendo 1999 o ano utilizado para tal. Um outro motivo para a utilização do mesmo é que em 1999 o partido Rússia Unida ainda não existia, contudo suas origens estreavam no parlamento. Por conta disso, o ano de 1999 é repetido: na primeira vez, os índices são calculados a partir dos resultados eleitorais reais, e o segundo é a situação hipotética de fusão do “Unidade” e do “Pátria” naquele momento, já que os mesmos estavam presentes e, posteriormente, se fundiram.

Como foi visto anteriormente, as reformas objetivamente só tiveram validade nas eleições de 2007, quando o sistema passou de misto para exclusivamente proporcional. O que se pode perceber nos resultados da tabela 4, é que 2003, no primeiro pleito no qual o Rússia Unida concorreu, houve a maior desproporcionalidade no período estudado: 26,21% pelo *D* e 13,71% pelo *Gh*. Todavia, apesar do baixo número de partidos alcançando representação na *Duma*, o mesmo não se deu por conta das reformas, mas pela presença de partidos pequenos que não se nacionalizaram e, portanto, não conseguiram alcançar o funcionamento parlamentar.

A partir de 2003, a desproporcionalidade diminuiu. O grande marco parece ter sido, de fato, a mudança para um sistema exclusivamente proporcional. O fato de em uma eleição o número de cadeiras analisadas ser 225 e, em 2007 e 2011, 450, não altera o cálculo nem o enviesamento dos índices, dado que a observância das cadeiras é a partir da proporção ocupada, e não a partir do número absoluto. É possível perceber que, mesmo na análise da parte proporcional, no retorno ao sistema misto na eleição de 2016, podemos ver um aumento na desproporcionalidade, que atingiu 12,16% (*D*) e 6,76% (*Gh*). Ainda assim, um cenário completamente distinto de 2003.

Conclusão

A partir dos resultados acima expostos, pode-se extrair que, apesar das reformas eleitorais serem de fato suspeitas, por terem sido votadas quase que exclusivamente pelo Rússia Unida, que ocupava a maioria de todas as legislaturas, não se pode atribuir às mesmas um viés partidário, beneficiando o partido. Decerto, sua influência cresceu em todo o país, tornando-se dominante e hegemônico, mas esse foi um efeito não das reformas. De acordo com Levitsky e Way (2002), mesmo em democracias autoritárias, as regras eleitorais são respeitadas pelo incumbente, e o modo de ação para a manutenção do partido no poder se dá por outras maneiras (LEVITSKY; WAY, 2002). Pode-se atribuir, de certa forma, até um caráter positivo às reformas, dado que a desproporcionalidade na *Duma* diminuiu consideravelmente, tornando a representação, se não mais justa, proporcional, ainda que tenha se retornado ao sistema misto.

Outro aspecto interessante a ser percebido a partir dos resultados é a aplicação prática do afirmado por Taagepera e Grofman (2003) no que tange à sensibilidade dos índices *D* e *Gh* ao princípio de transferências: na repetição do ano de 1999, enquanto o *D* manteve o mesmo valor, o *Gh* foi alterado, dada a transferência existente na fusão hipotética ali testada. A questão de dificuldade de cálculo é superada com a tecnologia computacional atual, o que é percebido pelos autores.

O presente trabalho, então, se propôs a analisar o impacto de reformas eleitorais que são costumeiramente, pela mídia, consideradas enviesadas em direção ao autoritarismo, e percebeu que tais reformas colaboraram com uma diminuição geral da desproporcionalidade no parlamento. Entretanto, essa é uma análise ainda preliminar. Para melhor aprofundar e investigar o caso, faz-se necessário buscar outras formas de mensuração do impacto das reformas, não somente na representação, mas no número de votos e outros, sendo essa uma indicação a ser desenvolvida em trabalhos futuros.

Referências

GADDY, C. G.; KUCHINS, A. C. Putin's plan. *Washington Quarterly*, Taylor & Francis, v. 31, n. 2, p. 117–129, 2008. Citado na página 6.

GEL'MAN, V. From 'feckless pluralism' to 'dominant power politics'? the transformation of russia's party system. *Democratization*, Taylor & Francis, v. 13, n. 4, p. 545–561, 2006.

Citado na página 4.

GEL'MAN, V. Party politics in russia: from competition to hierarchy. *Europe-Asia Studies*, Taylor & Francis, v. 60, n. 6, p. 913–930, 2008. Citado na página 3.

GEL'MAN, V. The rise and decline of electoral authoritarianism in russia. *Demokratizatsiya*, George Washington University, v. 22, n. 4, p. 503–523, 2014. Citado na página 3.

GOLOSOV, G. V. *Political parties in the regions of Russia: Democracy unclaimed*. [S.l.]: Lynne Rienner Publishers, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 4 e 5.

GOLOSOV, G. V. The regional roots of electoral authoritarianism in russia. *Europe-Asia Studies*, Taylor & Francis, v. 63, n. 4, p. 623–639, 2011. Citado na página 3.

GOLOSOV, G. V. Problems of the russian electoral system. *Russian Politics & Law*, Routledge, v. 50, n. 3, p. 18–39, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.2753/RUP1061-1940500302>>. Citado na página 3.

GRYZLOV, B. Two parties in one: Questions on the ideology of united russia. *Russian Politics & Law*, Taylor & Francis, v. 46, n. 5, p. 84–91, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 6 e 7.

KATZ, R. S.; MAIR, P. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. [S.l.]: Sage, 1994. v. 528. Citado na página 4.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party politics*, Sage Publications 6 Bonhill Street, London EC2A 4PU, UK, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995. Citado na página 4.

KONITZER, A.; WEGREN, S. K. Federalism and political recentralization in the russian federation: United russia as the party of power. *Publius: The Journal of Federalism*, Oxford University Press, v. 36, n. 4, p. 503–522, 2006. Citado na página 4.

KROUWEL, A. Party models. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Ed.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006. p. 249–269. Citado na página 4.

LEVITSKY, S.; WAY, L. A. Elections without democracy: The rise of competitive authoritarianism. *Journal of democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 13, n. 2, p. 51–65, 2002. Citado na página 12.

MCALLISTER, I.; WHITE, S. Voting ‘against all’ in postcommunist russia. *Europe-Asia Studies*, Taylor & Francis, v. 60, n. 1, p. 67–87, 2008. Citado na página 8.

MONROE, B. L. Disproportionality and malapportionment: Measuring electoral inequity. *Electoral Studies*, Elsevier, v. 13, n. 2, p. 132–149, 1994. Citado na página 11.

MORASKI, B. Electoral system reform in democracy’s grey zone: Lessons from putin’s russia. *Government and Opposition*, Cambridge University Press, v. 42, n. 4, p. 536–563, 2007. Citado na página 9.

OVERSLOOT, H.; HOLSTEYN, J. van; BERG, G. P. van der. Against all: Exploring the vote' against all' in the russian federation's electoral system. *The Journal of Communist Studies and Transition Politics*, Taylor & Francis Group, v. 18, n. 4, p. 31–50, 2002. Citado na página 8.

PARRISH, S. Presidential decree authority in russia, 1991–1995. In: CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. (Ed.). *Executive Decree Authority*. [S.l.]: Cambridge University Press Cambridge, 1998. p. 62–103. Citado na página 2.

RENWICK, A. *The politics of electoral reform: Changing the rules of democracy*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2010. Citado na página 3.

SORDI, A. D. Parties of power as authoritarian institutions: The cases of russia and kazakhstan. *Post-Communist Economics and Politics Working Group*, p. 2010–2011, 2010. Citado na página 4.

TAAGEPERA, R.; GROFMAN, B. Mapping the indices of seats–votes disproportionality and inter-election volatility. *Party Politics*, Sage Publications London, Thousand Oaks, New Delhi, v. 9, n. 6, p. 659–677, 2003. Citado 3 vezes nas páginas 10, 11 e 12.

TAVARES, J. A. G. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. [S.l.]: Relume Dumará Rio de Janeiro, 1994. Citado 2 vezes nas páginas 6 e 7.

TSEBELIS, G. et al. *Veto players: How political institutions work*. [S.l.]: Princeton University Press, 2002. Citado na página 3.

TURCHENKO, M.; SHEVCHUK, S. Veto players and major electoral reforms in russia. *Russian Politics*, Brill, v. 1, n. 2, p. 203–221, 2016. Citado 4 vezes nas páginas 2, 3, 7 e 8.